

Prevenção ao uso de drogas e condutas sexuais desprotegidas: formação de multiplicadores

Luana Dallo

UNESP

Resumo: Os adolescentes têm questionamentos sobre sexualidade e drogas. Entretanto, as pessoas que compõem a escola, muitas vezes, não estão preparadas para responder as dúvidas, podendo até mesmo, por meio da sua fala, deixar transparecer estereótipos de gênero, preconceitos e informações distorcidas. É neste sentido, que se pretende, neste trabalho, discutir a formação de multiplicadores para a prevenção ao uso de drogas e sexo desprotegido. Partindo-se de um estudo teórico, propõe-se analisar o desenvolvimento de programas de prevenção ao uso de drogas, posteriormente as questões importantes que devem ser incluídas nos projetos preventivos às DSTs/AIDS e, por último, a formação de multiplicadores, os quais seriam os próprios alunos e os professores, e que, assim, poderiam estar unidos no mesmo projeto.

Palavras-chave: drogas; sexualidade; formação de multiplicadores; prevenção nas escolas.

Introdução

Pesquisas sobre condutas de risco (Câmara, 2005; Farias Júnior et al., 2009) têm procurado entender o que leva os jovens a se comportarem de maneira arriscada por meio do consumo de drogas legais e ilegais e nas condutas sexuais desprotegidas, além de outras atitudes que preocupam os estudiosos pela sua frequência elevada, como a condução perigosa automotiva e o envolvimento em situações de violência. Cabe ressaltar, ainda, que os jovens podem envolver-se em mais de um comportamento de risco e que estes podem estar inter-relacionados, como o uso de álcool e acidentes de veículo ou o uso de álcool e não uso de preservativo (Farias Júnior et al., 2009).

Apoiado na ideia da inter-relação entre os comportamentos de risco, este trabalho tem como objetivo discutir sobre a formação de multiplicadores para programas de prevenção nas escolas a respeito do uso de álcool e outras drogas e das práticas sexuais seguras, buscando correlacionar estes dois temas. Trata-se de um estudo teórico dividido em três partes: 1) programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; 2) sexualidade e programas de prevenção às DSTs/AIDS; 3) proposta de formação direcionada a professores e alunos.

Programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas

Alguns estudos, como apontado por Malheiros e Alves (2008), têm se direcionado a uma perspectiva preventiva, voltada, sobretudo, para a adolescência, pois é nessa fase que se inicia o uso de álcool, uma vez que é marcada por muitas e profundas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas, tornando os adolescentes mais vulneráveis.

O álcool é a primeira droga e a mais usada pelos adolescentes conforme levantamentos nacionais, esse é um fator preponderante nas ações preventivas visto que as consequências de um beber arriscado não são apenas relacionadas a uma dependência futura e à abertura para o uso de outras drogas, mas também a consequências psicológicas e sociais, tais como: acidente de trânsito; brigas; violência; comportamento sexual de risco; tentativas de suicídio; problemas familiares, laborais e de rendimento acadêmico (Laranjeira, Pinsky, Zaleski, & Caetano, 2007).

Malheiros e Alves (2008), ao discorrerem sobre uma proposta pedagógica de prevenção ao uso indevido de drogas, mencionam a importância da inclusão do conhecimento científico sobre drogas na formação dos professores, pois, por geralmente apresentarem uma formação incipiente, os trabalhos tendem a ser acríticos, abordando a questão das drogas com base em crenças pessoais, culminando, muitas vezes, em preconceitos, discriminações e discurso proibicionista, fundamentado em repressão e medo.

Os autores criticam, também, quando essas intervenções apresentam um viés biológico, cujo foco principal é a descrição das drogas e seus efeitos danosos para o organismo, desconsiderando o contexto social, político, econômico, histórico, cultural, ético e religioso envolvido. Muitas vezes, com o pretexto de tratar as informações científicas sobre drogas, exageram nos efeitos, fatos são distorcidos, dúvidas científicas são tratadas como verdades e certezas das ciências são escamoteadas.

Por esta razão, a formação continuada para os professores é um importante recurso que pode contribuir no processo de prevenção ao uso indevido de drogas, além de considerar as informações trazidas pelos alunos, a fim de confrontá-las com o saber sistemático (Malheiros & Alves, 2008).

Sexualidade e Programas de Prevenção às DSTs/AIDS

Na adolescência, as relações sexuais têm iniciado mais cedo (Knauth, Heilborn, Bozon, & Aquino, 2006), no entanto, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 1997), os mais baixos índices de uso de preservativo encontram-se entre 15 e 19 anos, e entre os 190.949 casos de Aids no Brasil, no período de 1980 a 2000, 4.572 ocorreram na faixa etária entre os 10 e 19 anos. Ou seja, as relações sexuais estão ocorrendo mais cedo entre os adolescentes, porém, são poucos os que usam preservativo.

Na busca por compreender o que dificulta a prevenção às DSTs e à gravidez precoce, enfatizam-se as diferenças de gênero. Em relação ao uso de preservativos, destaca-se que a relação assimétrica entre as moças e os rapazes dificulta a negociação do uso de preservativo. O uso da camisinha ou a solicitação ao parceiro para usá-la pode provocar situação de constrangimento na relação afetiva, podendo gerar desconfiança e o medo da perda do parceiro. Além disso, encontra-se nessas relações o modelo de masculinidade hegemônica composto de imagens fortemente valorizadas – como o machão –, ou de imagens estigmatizadas – como o homossexual passivo ou efeminado. Da mesma forma, as moças devem administrar os avanços masculinos se quiserem conservar uma reputação de moça de família ou de mulher honesta (Heilborn, 2006).

Entender amplamente como os adolescentes desenvolvem o comportamento sexual, – contemplando o pertencimento social dos indivíduos, sua visão de mundo, os padrões de gênero e o campo de possibilidades (profissionais, escolares ou afetivos) – favorece o desenvolvimento de aportes para as políticas públicas e a prevenção.

Uma das questões importantes a serem consideradas refere-se à ineficácia do controle da sexualidade adolescente, pois políticas voltadas para um modelo de regulação da vida sexual estão na contramão da tendência generalizada do mundo ocidental. Assegurar as condições necessárias à prática da sexualidade, mediante a oferta de contraceptivos e a proteção às DSTs, pode ser considerado melhor e mais realista do que ater-se à ideia da abstinência, buscando retardar o início da vida sexual dos jovens (Knauth et al., 2006).

Por isso, é necessário facilitar o acesso ao preservativo, baixando o custo, disponibilizando-o nos programas, como também ajudando os adolescentes a superarem obstáculos sociais, culturais, pessoais e de negociação do uso de camisinha (Beserra, Pinheiro, & Alves, 2008).

Os programas de educação sexual – os quais são centrados em torno da ideia de aprendizado como simples aquisição de informação, numa linguagem unidirecional, dogmática e autoritária – não são capazes de dar conta de fatores tais como classe social e gênero, que constroem o comportamento dos indivíduos. Já se sabe que informação não implica mudança de comportamento (Knauth et al., 2006). Assim, cabe à educação sexual, acima de tudo, dirigir-se à formação dos jovens para o relacionamento entre homens e mulheres e para o convívio com a diversidade, seja de raça, seja de cultura,

seja de orientação sexual. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da formação dos educadores no sentido de serem capazes de abordar o tema desnaturalizando os estereótipos de gênero (Paiva, Ayres, & França Jr., 2004).

Proposta de Formação Direcionada a Professores e Alunos

Diante do panorama cada vez maior de números de jovens com HIV/AIDS e usuários de drogas, está sendo desenvolvida uma multiplicidade de programas preventivos em vários cenários, incluindo a escola. Entretanto, quanto à epidemia da AIDS, segundo Parker (2000), a maior parte dos programas tende a se concentrar em respostas superficiais e técnicas, como disseminação de informações e material educativo.

Os projetos educativos a respeito do uso de drogas não se mostram diferente, focados em teorias psicológicas de mudança de comportamento individual, em vez de abordagens mais sociológicas, que possam intervir no âmbito das representações socioculturais, dos significados subjetivos e intersubjetivos que as pessoas sustentam acerca de seu comportamento.

Atualmente, o Ministério da Saúde (Brasil, 2002) propõe ações educativas grupais com adolescentes, defendendo metodologias participativas e problematizadoras para atuações preventivas a respeito da sexualidade, DSTs/AIDS e drogas. Este enfoque metodológico não visa à comunicação vertical do conhecimento pelos educadores, nem à transmissão de valores pessoais frente às drogas e sexualidade, mas sim à interlocução, estimulado por um discurso refletivo e não prescritivo, sem expressar modelos prontos de comportamentos e atitudes.

Partindo da perspectiva de que os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para discutir estas temáticas, e assim, num diálogo com seus alunos, expõem “(. . .) valores mal colocados, banais, falsos e arditosamente articulados” (Guimarães, 2006, p. 12), salienta-se a importância de introduzir as metodologias participativas na formação continuada de professores, para que eles mesmos possam refletir sobre seus próprios valores, crenças e atitudes.

Neste sentido, faz-se imprescindível que educadores que irão trabalhar com prevenção nas escolas, quando necessário, reavaliem e ressignifiquem suas crenças, especialmente a respeito da sexualidade, pois somente ao reverem e adquirirem novos conceitos é que poderão auxiliar os adolescentes a refletirem, pois estes também, muitas vezes, tratam estas questões com preconceito e discriminação.

Além da formação continuada de educadores, tem se desenvolvido a proposta da formação de adolescentes para serem multiplicadores, objetivando a promoção de mudanças de atitudes deles próprios e de seus pares, propiciando, dessa forma, reflexão e escolhas mais saudáveis (Serra & Mota, 2000). Por meio deste tipo de ação, o adolescente amplia seu repertório interativo de forma construtiva e ativa em seu contexto escolar e comunitário; ocasião em que se torna o ator principal no processo de desenvolvimento (Costa, 1999).

Os agentes multiplicadores podem ser os próprios alunos, professores, pais e a comunidade escolar. Tobler (1997), quanto à diminuição do uso de substâncias, menciona que quando os alunos são os agentes, os resultados são duas a três vezes

superiores na redução deste consumo que as intervenções que utilizam o aprendizado passivo.

Segundo Serra e Mota (2000) o processo de mudanças ocorre em diferentes níveis. O primeiro seria o individual que, por meio da formação recebida, o adolescente poderá desenvolver a reflexão crítica num processo gradativo de apreensão de si e do mundo. Os conhecimentos prévios serão ampliados e discutidos, podendo mudar ideias preconcebidas. O segundo nível atingiria seus iguais, devido à forte tendência grupal que se experimenta nessa fase, levando-os a preferir informações vindas de outros adolescentes e a dividir os problemas e oportunidades entre eles. Outra constatação refere-se ao fato de que os jovens são influenciados por normas de reputação e comportamento prevalentes no grupo. O terceiro nível de mudanças estaria entre os profissionais de saúde e educadores, pois com a interação com o grupo de adolescentes pode tornar-se uma fonte de aprimoramento de conhecimentos, para repensar e reorientar do trabalho. E, por último, os quarto e quinto níveis estariam na difusão de mudanças na comunidade e na constituição de políticas públicas favoráveis à saúde.

Diante destas possibilidades de mudança, pretende-se enfatizar o terceiro nível, com o objetivo de propor a união de educadores e alunos, no mesmo curso de formação continuada nas escolas. Assim, a discussão sobre as crenças e valores entre os jovens e educadores poderá amenizar “(. . .) o viés da diferença, do preconceito, da discriminação e da ignorância (. . .)” (Guimarães, 2006, p. 13).

Contrapor pensamentos e valores de jovens e educadores em cursos de formação continuada favorece o trabalho conjunto e a divisão de responsabilidades. Além de facilitar o processo de “falar a mesma língua” nos programas de prevenção, pois as diferenças já poderão emergir na formação, antes da execução do programa, tornando o educador mais preparado para trabalhar com os adolescentes.

Considerações Finais

Com base na concepção da interconexão entre as condutas de risco e da compreensão destes comportamentos, não de uma forma individualizada, mas inseridos num contexto social, político, ético e religioso, sugere-se intervenções preventivas que transcendam o enfoque apenas em uma conduta de risco, propiciando reflexão e consciência da responsabilidade dos adolescentes para consigo e para os outros.

Mas, para que isto ocorra, é indispensável a formação de multiplicadores para o desenvolvimento da prevenção. A escola é um espaço excepcional para se trabalhar estas temáticas, entretanto, é necessário um envolvimento da comunidade escolar a este objetivo, por isso a importância de se desenvolver no ambiente escolar a formação não só somente de professores ou apenas dos alunos, mas incluí-los juntos nesta proposta, para que o compartilhamento de responsabilidades se expanda.

*Prevenção ao uso de drogas e condutas sexuais desprotegidas:
formação de multiplicadores*

Dallo, L. (2012) Prevention of drug use and non-protected sexual relation: training of multipliers. *Revista de Psicologia da UNESP 11(1)*, 8-14.

Abstract: Teenagers have questionings about both sexuality and drugs. However, people concerned to school, very often, are not prepared to answer their doubts, and even let on their answer be transparent stereotypes of gender, prejudice and distorted information. This literature review aims at discussing training of multipliers for the preventions of the use of drugs and non-protected sexual relations. From this theoretical study, we propose to analyse the development of programs, and afterwards analyse important questions that might be included on preventive projects against STD/AIDS, and finally, the formation of multipliers who could be the students and the teachers themselves, joined on the same project.
Key words: drugs; sexuality; training of multipliers; prevention in schools.

Bibliografia

Beserra, E. P., Pinheiro, P.N.C & Alves, M.D.S. (2008). Adolescência e Vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis: uma pesquisa documental. *DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, 20(1). Acessado em 14/10/2011, do <http://www.dst.uff.br/revista20-1-2008/5.pdf>.

Brasil. M. S. (1997). *Preservativo masculino*. Brasília: Autor.

Brasil. M.S. (2002). *Projeto de Apoio à Sustentabilidade e Gestão Estratégica das Políticas de Controle do HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis AIDS III*. Brasília: Autor.

Câmara, S. G. (2005). Comportamentos de risco entre jovens. *Psico*, 36(1). Acessado em 14/10/2011, do <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1379/1079>

Costa, A. C. G (1999). O adolescente como protagonista. In Schor, N.; Mota, M. S. T.; Branco, V. C. (Orgs.). *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento* (p. 75-79). Brasília: Ministério da Saúde.

Farias Júnior, J. C. et al. (2009). Comportamentos de risco à saúde em adolescentes no sul do Brasil: prevalência e fatores associados. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 25(4). Acessado em 14/10/2011, do <http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v25n4/09.pdf> .

- Guimarães, I. R. F. (2006). Sexualidade e educação escolar: uma discussão teórica. In Figueiró, M. N. D. & Ribeiro, P. R. M. (Orgs.). *Adolescência em questão: estudos sobre sexualidade* (p. 9-25). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- Heilborn, M. L. (2006). Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In Heilborn, M. L.; Aquino, E.M.L.; Bozon, M.; Knauth, D.R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade* (p. 29-59). Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- Knauth, D.R.; Heilborn, M. L.; Bozon, M.; Aquino, E.M.L. (2006). Sexualidade Juvenil: Aportes para as políticas públicas. In Heilborn, M. L.; Aquino, E.M.L.; Bozon, M.; Knauth, D.R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade* (p. 399-417). Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- Laranjeira, R.; Pinsky, I.; Zaleski, M. & Caetano, R. (2007). *I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira*. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.
- Malheiros, I. J. A. & Alves, S. (2008). Uma proposta pedagógica sobre prevenção ao uso indevido de drogas [Anais]. In Congresso Nacional de Educação Educere e Congresso Ibero-Americano sobre violências nas escolas – chave, *Anais de comunicações científicas* (p. 11731-11746). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR.
- Paiva, V.; Ayres, J. R. & França JR., I. (2004). Expanding the flexibility of normative patterns in youth sexuality and prevention programs. *Sexuality research & social policy, Journal of NCRC*, 1(1). Acessado em 14/10/2011, do http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/4-NormativePatternsInYouthPreventionProgrammes_Paiva_Ayres_Franca_Jr.pdf
- Parker, R. G. (2000) *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA.
- Serra, A. S. L. & Mota, M. S. F. T. (2000). Adolescentes promotores de saúde. In: RAMOS, F. R. S.; NITSCHKE, R. G. (Orgs.). *Projeto Acolher: Um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro* (p. 56-60). Brasília: ABEn/Governo Federal.
- Tobler, N. (1997). Meta-analysis of adolescent drug prevention programs: results of the 1993 meta-analysis. In: BUKOSKI, W. (Org.). *Meta-Analysis of drug abuse prevention programs* (p. 5-68). Bethesda: NIDA.

Recebido: 10 de fevereiro de 2012.

Aprovado: 16 de abril de 2012.